

AGROECOLOGIA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA – O CASO DO ASSENTAMENTO ALVORADA/RS

Elenice Gomes¹
Paulo Roberto Cardoso da Silveira²

RESUMO

O trabalho teve como objetivo discutir as dificuldades para a implementação da proposta da agroecologia no assentamento de reforma agrária Alvorada/RS, no sentido de entender qual a relação dos assentados com a lógica do modelo que os excluiu. Utilizou-se de uma análise qualitativa, a partir de entrevistas abertas com informantes qualificados, técnicos e dirigentes do Movimento, além de entrevistas realizadas com uma amostra aleatória por extratos de agricultores, definida a partir dos dados coletados no questionário aplicado com o total da população do assentamento. Para o levantamento bibliográfico baseou-se, também, nos documentos e publicações do MST. A partir da análise e interpretação dos dados coletados observou-se que são diversos os fatores que influenciam, dificultando a mudança da organização da produção dos assentados, interferindo na transposição da agroecologia do nível de proposta para a realidade concreta dos assentados. Entre estes fatores, considerados os mais importantes, estão o crédito, assistência técnica, os fatores culturais e a formação. O crédito com exceção de alguns programas específicos vem casado com a compra de insumos para produtos específicos. A assistência técnica acaba por amarrar-se nesta estrutura de elaboração e viabilização de projetos para angariar recursos, tornando-se insuficiente para atender as demandas. Quanto as questões culturais, as práticas vigentes há décadas, foram internalizadas pelos agricultores, o que dificulta o processo de transição. Assim, a formação pontual não é suficiente para a mudança, vê-se a necessidade de uma formação contínua e mais efetiva. Entendendo a necessidade de mudança do modelo e compreendendo que a transição é um processo lento e complexo, vê-se a necessidade do trabalho contínuo de conscientização dos agricultores, através de um trabalho técnico mais efetivo, com valorização de seus saberes e incentivando-os a conhecer melhor seu agroecossistema. Os assentados do Alvorada de um modo geral ainda não estão seguros de como trabalhar a agroecologia, para que possam realmente implementá-la.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, agroecologia,

1. INTRODUÇÃO

A reivindicação por reforma agrária remete a uma discussão que vai além da questão da terra, que envolve reestruturação fundiária, melhor distribuição de terra e renda, ela adentra a questão da mudança do modelo tecnológico aplicado na agricultura. Libertando-se de algumas práticas insustentáveis, assimiladas pela modernização conservadora da agricultura em seu modelo produtivista, excludente e destruidor, responsável pela atual crise social e ambiental na agricultura, parte-se para uma nova perspectiva, a da sustentabilidade, que visa também garantir a permanência do homem no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) incorpora a sustentabilidade em sua visão de reforma agrária e em sua proposta para os assentamentos. Trabalha não só na perspectiva da conquista da terra, mas no intuito de construir novas relações sociais na agricultura. Entre os diversos aspectos que vem trabalhando e que envolvem os assentamentos, como exemplo, pode-se citar a educação, as cooperativas e a assistência

¹ Geógrafa. Mestranda em Extensão Rural/PPGER/DEAER/CCR/UFSM.
Rua Cândido Portinari, 22 - Camobi - Cx. P. 5081 –Santa Maria/RS - CEP: 97110-970
Fone: (0xx55)99556187; E-mail: elenicegomes@bol.com.br

² Orientador. Prof. Assist. do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/CCR/UFSM.

técnica, já com muitos avanços, mas que ainda tem também muitos limites, como o de não atingirem a todos. Ainda demonstrando sua dinâmica, um outro item que o Movimento incorpora a sua proposta é a agroecologia, cujos princípios vem ao encontro da busca pela modificação das relações sociais na agricultura, de dependência, exploração e degradação, por práticas que direcionem-se para uma agricultura mais sustentável.

No entanto, observou-se que as iniciativas de implementar a agroecologia ainda são tímidas e pontuais e que o modelo agrícola convencional, considerado insustentável, é reproduzido em parte significativa pelos assentamentos. Constatação que levou a construção deste trabalho de pesquisa, questionando o que vem ocorrendo em nível de assentamento.

O modelo que o assentados vem reproduzido tende a reduzir ainda mais a capacidade produtiva do solo, a capacidade de controle e pragas e doenças, além de possibilita a contaminação da água, entre outros. Esses itens apontam para um sistema que não está mais garantindo a sobrevivência do homem no campo, significando que o agricultor precisa investir em tecnologias diferentes, para se desligar desse ciclo que o leva a falência.

Para que se chegasse a alguns esclarecimentos sobre essa temática, teve-se como objetivo discutir as dificuldades para a implementação da proposta da agroecologia no assentamentos de reforma agrária, tendo como base o Alvorada, no estado do Rio Grande do Sul. Elegeu-se ainda, alguns objetivos específicos: (a) identificar o perfil dos agricultores do assentamento em estudo; (b) verificar como se dá a relação assistência técnica e assentados; (c) analisar através de suas práticas como os agricultores assentados vêem a agroecologia.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada para o desenvolvimento do trabalho baseou-se na proposta de uma pesquisa qualitativa. Elegeu-se como área de estudo o assentamento Alvorada, situado no município de Júlio de Castilhos, estado do Rio Grande do Sul, com uma área total de 1.611 ha, cortado pela BR-158 e pela via férrea, onde estão assentadas 72 famílias.

Para a coleta de dados, na primeira etapa, fez-se um levantamento das propostas do MST descritas em seus textos e publicações e aplicou-se questionários com a população total do assentamento através dos quais buscou-se identificar o perfil dos assentados. A segunda etapa, foi a realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas com informantes qualificados que atuam no assentamento (dirigentes do MST e técnicos da EMATER-RS); posteriormente, elegeu-se uma amostra estratificada de agricultores, segundo critérios da região de origem (antes de ser assentado) e por condição anterior (arrendatário, assalariado, meeiro, filho de agricultor pequeno proprietário, filho assentado), com a qual foram feitas entrevistas abertas semi-estruturadas.

Após identificados os municípios de origem dos assentados a partir dos questionários, definiu-se as regiões baseando-se no macrozoneamento agroecológico e econômico do estado do Rio Grande do Sul. Os extratos menos significativos em quantidade foram desconsiderados. As regiões identificadas foram a do Planalto Médio, do Alto Vale do Uruguai e região da Campanha. As condições anteriores dos assentados mais encontradas e utilizadas na amostra foram as de arrendatário, parceiro, assalariado, filho de pequeno proprietário, filho de assentado. Os entrevistados foram definidos por sorteio aleatório dentro de cada extrato. A amostra constou de 50% de cada extrato, sendo composta de trinta e um agricultores, onde houve presença de somente um agricultor por extrato, optou-se por também entrevistá-lo.

3. A AGROECOLOGIA COMO NOVO DIRECIONAMENTO DO MST PARA OS ASSENTAMENTOS

Com o apoio da CPT, das lideranças do sindicalismo combativo e de militantes, nos Estados do RS, SC, PR e SP, muitos trabalhadores sem terra organizaram-se e fizeram algumas ocupações de terra, sendo a primeira registrada em 7 de setembro de 1979, na Fazenda Macali no RS. Esses acontecimentos, segundo Fernandes (2000), fazem parte da gênese da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel/PR, em janeiro de 1984. Stédile (1997), salienta que o MST resgatou experiências dos movimentos camponeses que lutam pela terra, para aprender com sua trajetória.

Há que se considerar que o Movimento entendendo que somente a terra não é suficiente para a reprodução dos agricultores e para a resolução do problema agrário, passou a lutar não apenas por terra, mas por um projeto de reforma agrária mais abrangente. Entretanto, de acordo com Stédile (1997), a distribuição da terra para os que querem trabalhar, ainda é um objetivo central da proposta do MST, de importância fundamental.

Neste contexto, há que se buscar uma política que garanta a permanência do homem no campo, com crédito, assistência técnica, seguro agrícola, educação, saúde, entre outros. O MST desenvolveu diferentes experiências e ainda continua construindo-as, na perspectiva de auxiliar na sobrevivência e da qualidade de vida dos assentados. Fernandes (2000, p. 222), salienta: “E para conquistarem seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna.”

O Movimento salienta que para chegar ao desenvolvimento rural pretendido, é necessário mudar o modelo de produção agropecuária do país, de relações entre os homens, do modo de ver a natureza. Por isso, o MST junto com seus setores afins, vem discutindo e buscando construir junto com teóricos e trabalhadores rurais, propostas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento.

O desenvolvimento rural que o MST defende, segundo a CONCRAB (1993), é um processo de transformação global, garantindo qualidade de vida, através da participação organizada e consciente dos trabalhadores rurais, o que possibilitaria a resolução de seus problemas e caminharia para a transformação da sociedade. Assim, a agroecologia é colocada como um novo direcionamento do MST para a produção nos assentamentos.

Há que se destacar que a agroecologia, de acordo com Gliessman (2000), não é uma prática, nem uma técnica, é uma forma de ver como funcionam os sistemas. A agroecologia trata de integrar cultivos com associações, rotações, permitindo também maior produtividade/área.

No assentamento Alvorada, local de estudo, observou-se que os assentados acreditam que a proposta do MST é importante, principalmente no que se refere a não-utilização de agrotóxicos. Todavia, admitem que faltam iniciativas, falta partir para experiências práticas. Alguns itens levantados por eles são a dificuldade de relacionamento entre as pessoas, com expectativas e costumes diferenciados; a assistência técnica; a cooperação e o conhecimento para implementar a mesma. Fatores estes, entre outros igualmente significantes, são limitantes para que se concretize a proposta do MST e o desenvolvimento rural esperado.

Nem todos os assentados entrevistados tem clareza da proposta do MST no que se refere a agroecologia. Os que possuem algum entendimento sobre a mesma, acreditam ser uma boa proposta, entretanto afirmam que há algumas dificuldades para aplicá-la. Vêm sua importância essencialmente pela questão da saúde. Mas, entre os limitantes indicados por eles, estão a falta de assistência técnica, de informação, de recursos, ainda apontam para o fato de

exigir mais mão-de-obra e ser de difícil aplicação prática, pois a mesma envolve diversos fatores, vindo a propriedade de forma integrada.

No entanto, a colocação da necessidade de mais recursos, entra em contradição com o enfoque agroecológico, que segundo Altieri (1998) é uma proposta que se destina a agricultores com pouca disponibilidade de recursos, menor acesso aos insumos tecnológicos e pouca relação com o mercado.

Acredita-se que houve uma perda da cultura do agricultor, a partir do momento que essa é substituída pelo padrão químico-mecânico. Incorporou essa ótica e hoje, mesmo tendo noção de seus problemas, receia a mudança. Há uma expectativa em relação a isso, os assentados entrevistados demonstram vontade de produzir de forma coletiva, diversificar mais a produção, diminuir o uso de agrotóxicos, utilizar práticas ecológicas. Mas apontam alguns limitantes para que esses itens, salientados por eles e presentes na proposta do MST, sejam colocadas em prática.

Verificou-se, através dos dados coletados, que há uma diversificação da produção, os assentados dedicam-se as culturas como milho, feijão, arroz, mandioca, moranga e outras de alimentação básica, nas quais procuram não usar agrotóxicos. No entanto, estas são preferencialmente para sua subsistência, o que indica haver um temor no que se refere as culturas destinadas ao mercado. Acreditam ser mais seguro reproduzir a lógica de mercado da região, investindo na cultura da soja e no gado leiteiro, os principais responsáveis por sua renda com mercados certos. A abertura de novos mercados, como o da agroecologia, ainda é um desafio a ser conquistado, e para que isso ocorra é preciso que ela esteja consolidada no assentamento.

Há que se resgatar a cultura do agricultor, estimulando o conhecimento de seu agroecossistema, para que descubra a melhor forma de manejo. No assentamento Alvorada, o solo arenoso, com baixo teor de matéria orgânica e de argila, altamente susceptível à erosão, possui uma fertilidade natural baixa, o que requer um maior cuidado em termos de manejo e conservação. A partir disso vê-se a necessidade de recuperação do solo, o que demanda recursos e área disponível, de acordo com o relato dos agricultores que vem trabalhando nesse sentido, aos poucos dedicando-se a pequenas porções de solo.

Assim, são inúmeros os fatores que entram a adoção da agroecologia como orientação para a produção agropecuária no assentamento Alvorada. Entre estes, estão as questões culturais, a assistência técnica, o crédito agrícola e a formação. Assim, tratar-se-á de expor a seguir, de forma sucinta, alguns detalhes de cada um dos fatores citados acima.

3.1. Diversidade cultural

Os assentados do Alvorada são originários de diferentes regiões do estado do RS, entre elas a região do Planalto Médio, do Alto Vale do Uruguai e região da Campanha. Ainda tiveram anteriormente, distintas ocupações, sendo as condições anteriores dos assentados mais encontradas as de arrendatário, parceiro, assalariado, filho de pequeno proprietário, filho de assentado. Suas trajetórias até serem assentados também diferem, são oriundos basicamente de dois acampamentos (Cruz Alta e o de Lagoa Vermelha), mas tendo passado por percursos diversos.

Entretanto, a análise a partir das regiões de origem e a condição anterior dos assentados, não mostrou significativas diferenças nos dados coletados, talvez pelo processo de formação que se deu no acampamento e que ainda continua a acontecer no assentamento. Mas, tem-se que considerar todas as manifestações culturais presentes na sociedade, que mesmo sendo externas ao assentamento influenciam. Igualmente, a cultura da região em termos de produção agropecuária tende a ser refletida também no assentamento. Assim, há inúmeras diferenças culturais que podem interferir na organização do assentamento.

Baseando-se nos relatos de Cuche (1999, p.11), “A noção de cultura, compreendida em seu sentido vasto, que remete aos modos de vida e de pensamento, é hoje bastante aceita, apesar da existência de certas ambigüidades”, entende-se que todo o contexto em que viveram e vivem os assentados contribuem para a formação de sua cultura. E é a partir desta que identificam-se certas contradições entre sua forma de ver e representar sua realidade, o que se pode compreender ao considerar que as práticas vigentes há décadas já foram internalizadas pelos agricultores.

Identificou-se no assentamento uma pequena experiência coletiva de produção agroecológica, com a cultura de arroz e melão. Ainda pode-se observar outras iniciativas, onde algumas famílias de assentados estão trabalhando em uma pequena área com uma cultura específica, visando comercializar um produto diferenciado, podendo de forma conjunta oferecer certa diversidade. Percebe-se que estão buscando caminhos, mesmo que de forma lenta, o que demonstra necessidade de haver um trabalho mais efetivo do MST, no sentido de buscar canalizar esta disposição e desejo de transformação. Na falta de uma política pública concreta, há que se buscar canais, através de projetos, que garantam recursos e assistência técnica.

3.2. Assistência Técnica

Para o MST, o técnico deve ser comprometido com a transformação social, respeitar a realidade e o conhecimento do assentado. Não restringir sua ação a difusão de tecnologia, assumindo um caráter de agente de desenvolvimento envolvido com toda a dinâmica do assentamento. Para o Movimento, o atual padrão agrícola não é apropriado para o desenvolvimento dos assentamentos, pois não contempla fatores importantes no âmbito social, cultural, ambiental e econômico. Neste sentido, a atuação da extensão rural deve buscar um novo modelo tecnológico, que contemple as aspirações do movimento, isto quer dizer, voltar-se à agroecologia como a ciência que dará suporte para este novo modelo.

Sendo fator limitante para os assentados e para o MST, a assistência técnica é considerada insuficiente para atender a demanda. O extinto projeto Lumiar foi uma tentativa de garantir tal assistência e que esta estivesse presente no assentamento. Para demonstrar suas aspirações a respeito da assistência técnica, alguns entrevistados se reportaram a tal projeto. O assentamento Alvorada, em termos de assistência técnica para a produção, concretamente, dispõe das orientações e serviços da EMATER, empresa de assistência técnica e extensão rural oficial.

Os assentados salientam que almejam uma assistência que seja mais presente no assentamento, que convivesse mais com os assentados. Acreditam que se houvesse maior orientação, mais assentados adotariam práticas ecológicas.

Caporal (1999, p. 142) explana sobre a tendência da extensão rural nessa fase de transição, refere-se ao conceito do que seria uma extensão agroecológica, definindo-a como sendo “...um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, ...”

Apesar da Emater ter um novo direcionamento e estar trabalhando num novo enfoque, com prioridade para a agricultura familiar, com ênfase na Agroecologia, no que se refere ao assentamento Alvorada, não está se conseguindo evoluir neste sentido. Contudo, há que se considerar toda esta conjuntura posta para a agricultura familiar e para os assentamentos hoje, a qual tende a envolver as ações da assistência técnica em uma estrutura de elaboração e viabilização de projetos, tendo em vista que são linhas disponíveis para conseguir recursos. Ainda não pode-se deixar de observar que estes nem sempre coincidem com os projetos e

aspirações internas. Além disto, tem-se o insuficiente número de profissionais que não conseguem atender a demanda de modo a estar mais presente no assentamento, tendo uma relação mais direta com os assentados.

3.3. Crédito agrícola

Os assentados do Alvorada receberam inicialmente, no período de constituição do assentamento, o extinto Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), hoje substituído pelo PRONAF “A”, além de alguns créditos de custeio. Atualmente, os assentados dispõem da linha de crédito para custeio do chamado pronafinho, no qual se encaixam. Contudo, a inadimplência impede novos financiamentos, ocasionando um problema significativo para os mesmos, que ainda dependem desse recurso para adquirir sementes e insumos.

Os agricultores que se encaixam no Grupo A, o caso dos assentados, poderão tomar empréstimo de R\$ 4 mil a R\$ 9,5 mil, individual ou coletivamente, tendo até dez anos para pagar, com cinco anos de carência e rebate de 40%. No caso dos assentados da linha “A”, para custeio e investimento, eles têm juro de 1,15% ao ano, fixo, sem correção monetária.

A questão do crédito, nos leva a um debate bastante presente, que não basta assentar as famílias, se não lhes dá condições de permanência na terra. Muitos chegam na terra sem possuir nenhuma bem anterior que lhe possibilite trabalhar a terra, tendo que adquirir toda a estrutura, plantar e esperar a colheita, quando o financiamento chega a tempo. Também não pode-se desconsiderar, que com exceção de alguns programas específicos, o crédito vem casado com a compra de insumos e orientado à produtos específicos.

Os assentados, desse modo, buscam alternativas, através de projetos e parcerias. Um exemplo é o Pró-Guaíba que contribue para investimentos na produção do assentamento, visando a sustentabilidade. Um programa do governo do Estado do Rio Grande do Sul, o pró-Guaíba, é um programa para o desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Tendo um caráter sistêmico, o programa prevê ações como educação ambiental; manejo de solo agrícola, baseado nos princípios da agroecologia; reflorestamento e proteção de nascentes entre outras.

3.4. Formação continuada

Faz parte do processo de formação do MST, a participação de assentados em cursos de formação em diversas áreas técnicas, cursos como os oferecidos pelo Fundep e o Iterra. Ainda, outros agentes como o Projeto Esperança, Universidade Federal de Santa Maria, a Emater, participam deste processo de formação técnica dos agricultores assentados no Alvorada. Identificou-se alguns dos cursos realizados pelos assentados do Alvorada, o de agroecologia, recuperação do solo, bovinocultura de leite, pastagens e ainda palestras enfocando o uso de agrotóxicos.

Outra estratégia de formação do MST é a presença dos núcleos de discussão em nível de assentamento. É através destes que os assentados debatem a questão estrutural, política nacional e regional, além de realizam debates a cerca da organização de sua produção. A partir dessas também se orientam dos projetos e recursos disponíveis. Mas nem todos participam de forma assídua, envolvendo-se e comprometendo-se com a mudança, o que dificulta o crescimento de certos grupos, em nível de entendimento e de relacionamento mútuo.

Percebe-se a falta de uma formação contínua que possibilite a transposição da proposta do seu ideário para a prática dos assentados. Uma formação que desperte nos agricultores o interesse por conhecer seu agroecossistema. Sendo fundamental para isso, uma convivência

maior por parte dos técnicos com os assentados, com ações não pontuais, pois para se implementar a agroecologia deve-se ter uma interação do papel do técnico com o do agricultor.

A reprodução da lógica de exclusão pelo assentamento, gera uma contradição, percebida entre a proposta do MST e a sua efetivação na realidade concreta dos agricultores. Reafirmando que a reforma agrária que se almeja, começa com a desapropriação de terras e assentamento de famílias sem-terra, mas ela vai além, envolve outras questões complexas, algumas das quais expostas nos itens acima. Temas esses condicionantes para a implementação da proposta do MST nos assentamentos.

Cabe ressaltar que para o MST não basta os assentamentos serem produtivos, mas sim que produzam de forma diferenciada, a partir de princípios da agroecologia. Mas, conforme lembra Costabeber (1999), a transição é um processo complexo e dar-se-á a médio e longo prazo. Assim, as pequenas experiências como as do grupo de produção coletiva de melão e arroz ecológico, existente no assentamento Alvorada, poderá ser uma iniciativa multiplicadora se conseguirem trabalhar alguns aspectos destas questões colocadas como limitantes para a efetivação da agroecologia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que há um certo desejo de mudança por parte dos assentados, o que não se vê concretizado de forma expressiva nas ações práticas. Assim, a investigação possibilitou que se visualizasse diversos condicionantes que determinam a condição atual de organização da produção dos agricultores do assentamento Alvorada.

Dentre os muitos fatores que interferem na transposição dos princípios da agroecologia, ou seja, na passagem deste do plano da proposta para a prática cotidiana dos agricultores assentados, observou-se alguns, considerados os mais significativos: falta de recursos em forma de crédito; necessidade de uma assistência técnica mais efetiva, com um relacionamento mais direto; uma formação continuada e não pontual, com um trabalho intensivo de conscientização, envolvendo um maior número de famílias de assentados, para que se supere a diversidade e influência cultural externa.

Ainda deve-se considerar que os efeitos do processo de modernização conservadora da agricultura incorporados pelos agricultores, pode tê-los levado-os a insistir no modelo de produção que parece-lhes ser mais competitivo e rentável, mesmo este não sendo adequado à sua situação. O que os torna receosos a mudanças, principalmente, para algo que não têm maior conhecimento.

Observa-se que os assentados vem trabalhando de forma diversificada, integrando agricultura e pecuária, mas modestamente, em culturas destinadas basicamente ao consumo, pois nas culturas que envolvem mercado, ainda utilizam-se de forma dependente de práticas convencionais com uso intensivo de insumos externos. Atitudes que demonstram que temem inovações, que acreditam ser arriscado mudar para algo incerto.

Neste sentido, há que se salientar a importância de relações mais próximas entre técnicos e assentados. Um trabalho de formação contínua que envolva e entusiasme os agricultores a conhecer melhor seu agroecossistema, item fundamental para a agroecologia. O agricultor tem que se sentir valorizado, de modo que libere sua criatividade e iniciativas, construindo conhecimentos a partir de experimentações em seu lote.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998 (Síntese Universitária, 54).

CAPORAL, Francisco Roberto. Em direção à Extensão Rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. . In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.). **Sustentabilidade e cidadania**: O papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS, 1999.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. Uma concepção de desenvolvimento rural. **Caderno de Cooperação Agrícola N. 1**. São Paulo: CONCRAB, 1993.

COSTABEBER, José Antônio. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.). **Sustentabilidade e cidadania**: O papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Programa de Reforma Agrária. Caderno de Formação N. 23**. São Paulo: Peres, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Macrozoneamento agroecológico e econômico do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 1994. 2v.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.